

PROCESSO Nº

-267/18-

REG. PROC. Nº

—

FOLHA Nº

—

FL. 1



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 15/18

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AS ENTIDADES ASSIS-  
TENCIAIS E ENTIDADES DE ORGANIZAÇÕES SO-  
CIAIS CIVIS P/ REMUNERAR SERVIDORES OV  
EM PRECATORIOS MUNICIPAIS POR SERVIÇOS PRES-  
TADOS NOS TERMOS QUE ESPECÍFICA

Autor: de PREFEITO MUNICIPAL

AUTUAÇÃO

Aos 16 (DEZESSEIS) dias do mês de FEVEREIRO de 2018  
autuo o PROJ. DE LEI Nº 15/18

Eu,

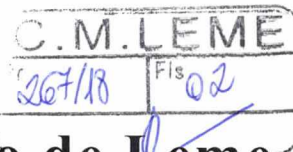
,subscrevi

A.L. 20/18



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



Ofício nº 80/18 - GP

Leme, 15 de fevereiro de 2018.



Excelentíssimo Senhor,

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa  
para apreciação o Projeto que:

- *"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AS ENTIDADES ASSISTÊNCIAS E ENTIDADE DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CIVIS PARA REMUNERAR SERVIDORES OU EMPREGADOS MUNICIPAIS POR SERVIÇOS PRESTADOS, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA."*

Ressalto, que justifica-se a Urgência do referido projeto por se tratar de uma celebração de parceria, a fim de que os tramites documentais sejam agilizados e devido ao interesse público da proposta.

Ademais, com fundamentação nos artigos 190, I, 191, 192 e incisos e 193 parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Leme, requeiro a tramitação sob regime de **URGÊNCIA**

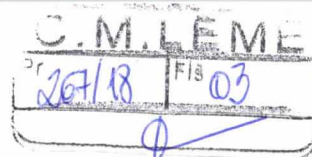
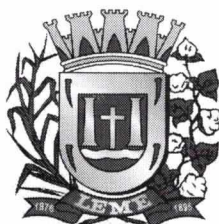
Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**

**Prefeito do Município de Leme**

Excelentíssimo Senhor,  
**RICARDO PINHEIRO DE ASSIS**  
Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.  
Nesta





# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 15 / 2018.

*“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AS ENTIDADES ASSISTÊNCIAS E ENTIDADE DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CIVIS P'ARA REMUNERAR SERVIDORES OU EMPREGADOS MUNICIPAIS POR SERVIÇOS PRESTADOS, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA.”*

**O Prefeito do Município de Leme**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

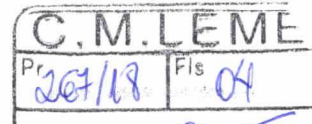
**Artigo 1º** - Ficam autorizadas as entidades assistenciais e de organizações sociais civis que possuam parcerias com o Município, a remunerar os servidores ou empregados públicos municipais por serviços prestados a essas entidades, nos termos do inciso II, art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014.

**Artigo 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leme, 15 de fevereiro de 2018.

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**

**Prefeito do Município de Leme**



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

## JUSTIFICATIVA.

**Senhor Presidente;**

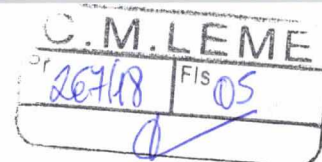
**Senhores Vereadores;**

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, Eminentes Pares, a fim de ser submetido a exame e deliberação desta Egrégia Câmara Municipal de Leme, o Projeto de Lei que “Acresce dispositivo a Lei Ordinária nº 3.615, de 04 de julho de 2.017”

A Lei 13.019/2014 e alterações trazidas pela 13.204/2015, ambas reconhecidas como Marco Regulatório do Terceiro Setor garantiu de forma clara e transparente as parcerias celebradas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

A competência é do Prefeito Municipal, e a pretensão tem amparo no artigo 45, inciso II, da Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Considerando que para que a organizações sociais civis possam remunerar servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, faz-se necessário, estar prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e ainda, editar lei específica, de acordo com o disposto na Carta Magna e demais legislações pertinentes.



# Prefeitura do Município de Leme

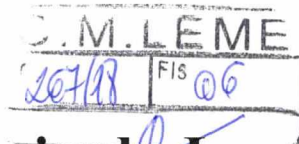
Estado de São Paulo

Encarecendo a necessidades de **urgência** na tramitação do Projeto de Lei ora encaminhado, pelo que antecipamos os nossos melhores agradecimentos, renovamos a Vossa Excelência e aos Dignos Pares, protestos de elevada estima e mui distinto apreço.

Leme, 15 de fevereiro de 2018.

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**

**Prefeito do Município de Leme**



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Na qualidade de ordenador de despesas, DECLARO que o presente projeto que *"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AS ENTIDADES ASSISTÊNCIAS E ENTIDADE DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CIVIS P'ARA REMUNERAR SERVIDORES OU EMPREGADOS MUNICIPAIS POR SERVIÇOS PRESTADOS, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA"*, não terá impacto orçamentário, tendo em vista que apenas autoriza as entidades assistenciais e de organizações sociais civis que possuam parcerias com o Município, a remunerar os servidores ou empregados públicos municipais por serviços prestados a essas entidades, nos termos do inciso II, art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Leme, 15 de fevereiro de 2018.

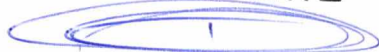
**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**

**Prefeito Municipal de Leme**

A Procuradoria Jurídica  
para parecer em 16.2.18

---

PRESIDENTE







CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
26/18	Fis 07

Ab Expediente

19 / 02 / 2018

PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☐

P.U.O.P.S. ☐

Em 19 / 02 / 18

**VISTA**

Em 20 de fevereiro de 2018

Com vista às Comissões

Funcionário

**JUNTADA**

Em 01 de março de 2018

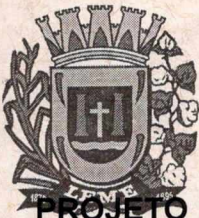
raço juntada a estes autos de parecer

conjunto das comissões.

ao Pl 15/18

Funcionário





**PROJETO DE LEI Nº 15/2018**

**EMENTA:** Dispõe sobre autorização as entidades assistenciais e entidades de organizações sociais civis p/remunerar servidores ou empregados municipais por serviços prestados nos termos que especifica.

**AUTORIA :** Prefeito Municipal.

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES**

**DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO;**

**DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE;**

**DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS;**

As Comissões de Constituição Justiça e Redação; de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Obras e Serviços Públicos, todas reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei, apresentam um único relatório, o qual é também nosso voto:

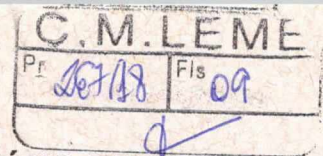
1-) –

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Senhor Prefeito Municipal, acompanhado de solicitação para que o projeto tenha a sua tramitação sob o regime da urgência, no qual busca autorização do Legislativa para dispor sobre autorização as entidades assistenciais e entidades de organizações sociais civis para remunerar servidores ou empregados municipais por serviços prestados nos termos que especifica, em razão de alterações trazidas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei nº 13.204/2015, que tratam do Marco Regulatório de Terceiro Setor e assim objetivando a forma clara e transparente das parcerias celebradas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, possibilitando remunerar servidor ou empregado público por serviços prestados a essas entidades, com recursos vinculados à parceria,

2-) –

No entender da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o projeto é legal e não ofende a Constituição Federal nem a LOM e quanto ao aspecto da redação o projeto está bem redigido e instruído, portanto promulgada a Lei Municipal nº 3.683, de 01 de março de 2018, que acresceu o





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

parágrafo 6º, a sua tramitação poderá ocorrer nesta Casa, haja vista que a permissão agora constante da LDO.

5-) –

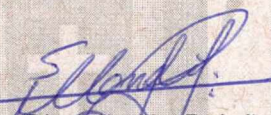
Sob o aspecto do interesse e conveniência, entendemos estar presentes, porque busca mecanismo para atender a legislação federal e exercer com mais efetividade e transparência as Organizações Sociais Cíveis do nosso município, reside a conveniência exatamente no fato de estar prestigiando por meio das parcerias.


6-) –

Diante disso, superado a promulgação da matéria prevista no Projeto de Lei nº 14/18, nada mais obstando a sua tramitação, as comissões de mérito, conjuntamente são de parecer **FAVORÁVEL** que seja o presente projeto apreciado pelo PLENÁRIO desta Casa.

Sala das Comissões “Palmiro Ferreira Vieira”,  
em 01 de março de 2018.


**Pela Comissão de C.J.R.**

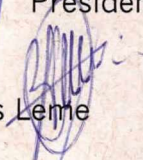
  
Ellan Ricardo da Paixão  
Presidente

  
Amarílis de Oliveira Ribeiro  
Vice-Presidente

  
Elias Eliel Ferrara  
Secretário

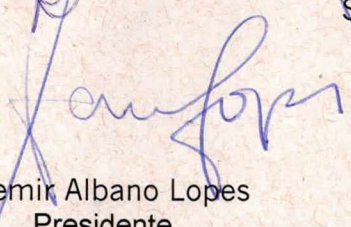
**Pela Comissão O.F.C.**

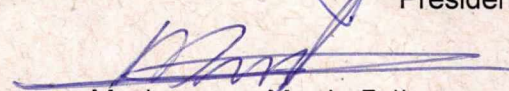
  
Elias Eliel Ferrara  
Presidente

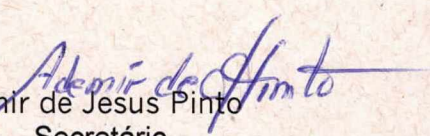
  
Alexandre dos Santos Leme  
Vice-Presidente

  
Ademir Albano Lopes  
Secretário

**Pela Comissão de O.S.P.**

  
Ademir Albano Lopes  
Presidente

  
Marimarcos Muniz Felix  
Vice-Presidente

  
Ademir de Jesus Pinto  
Secretário





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P. 207/18	Fis. 10

A requerimento do Vereador Alexandre dos Santos Leme, aprovado por unanimidade pelo plenário, foi-lhe concedida vistas pelo prazo regimental.

Em 05 de março de 2018.

RICARDO PINHEIRO DE ASSIS

Presidente

**VISTA**

Em 05 de março de 20 18

Com vista ao Vereador Alexandre

dos Santos Leme

Funcionário FR

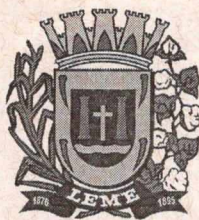
**RECEBIMENTO**

Em 06 de março de 20 18

Recebi estes autos com: 11

Funcionário 11





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO



A Ordem do Dia

12 / 03 / 20 18

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 15/18, aprovado por unanimidade dos presentes em 1ª e 2ª votação.

Em 12 de março de 2018.

RICARDO PINHEIRO DE ASSIS

Presidente





**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE LEI Nº 15/ 2018.**

*“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AS ENTIDADES ASSISTÊNCIAS E ENTIDADE DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CIVIS PARA REMUNERAR SERVIDORES OU EMPREGADOS MUNICIPAIS POR SERVIÇOS PRESTADOS, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA.”*

**O Prefeito do Município de Leme**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Artigo 1º** - Ficam autorizadas as entidades assistenciais e de organizações sociais civis que possuam parcerias com o Município, a remunerar os servidores ou empregados públicos municipais por serviços prestados a essas entidades, nos termos do inciso II, art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014.

**Artigo 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leme, 13 de março de 2018.

Ricardo Pinheiro de Assis  
Presidente